

## PENSAR A HISTÓRIA EM TERRITÓRIOS CHEIOS: A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE BIOMAS BRASILEIROS

Thinking history on filled territories: the importance of the concept of  
Brazilian biomes

Pensar la historia en territorios llenos: la importancia del concepto de  
biomas brasileños

JOSÉ AUGUSTO PÁDUA<sup>1\*</sup>

<http://doi.org/10.1590/S2178-149420230310>

---

<sup>1</sup> Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

\*Doutor em Ciência Política e Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (jpadua@terra.com.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-4524-5410>

Artigo recebido em seis de junho 2023 e aprovado para publicação em dez de junho de 2023.

## RESUMO

O artigo defende a importância do conceito de biomas brasileiros, tanto para a análise histórico-ambiental quanto para o desenvolvimento da legislação e das políticas públicas voltadas para a conservação do mundo natural. Além de discutir as linhas gerais da genealogia do conceito, argumenta que ele é especialmente útil para visualizar a construção territorial do país como um todo, apresentando claros limites para uma análise regional e microrregional minuciosa. A representação sintética dos biomas facilita a percepção sinóptica das regiões ecológicas do Brasil. Tal percepção vai ao encontro da adoção de uma premissa metodológica básica da história ambiental: a necessidade de investigar o movimento das sociedades humanas no contexto de territórios cheios e coloridos pela diversidade de seres vivos e dinâmicas geológicas que existem concretamente nos diferentes espaços do planeta. Ou seja, superar a simplificação apresentada por uma cartografia apenas política e centrada exclusivamente na ação humana. O artigo analisa, por fim, alguns exemplos da rica historiografia já existente sobre a história dos biomas, chamando a atenção para a importância de conhecer a produção que emerge no âmbito das várias regiões do país, tanto nos espaços acadêmicos quanto nos da literatura em geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** História ambiental; Territorialidade; Biomas; Florestas; Savanas.

## ABSTRACT

The article defends the importance of the concept of Brazilian biomes, both for historical-environmental analysis and for the development of legislation and public policies aimed at conserving the natural world. In addition to discussing the general lines of the concept genealogy, it argues that it is especially useful for visualizing the territorial construction of the country as a whole, while presenting clear limits for a more detailed regional and micro-regional analysis. The synthetic representation of biomes facilitates a synoptic perception of Brazil's ecological regions. This perception is in line with the adoption of a basic methodological premise of environmental history: the need to investigate the movement of human societies in the context of territories filled and colored by the diversity of living beings and geological dynamics that exist concretely in the different spaces of the planet. That is, to overcome the simplification presented by a cartography that is only political and centered exclusively on human action. Finally, the article analyzes some examples of the rich historiography that already exists on the history of biomes, drawing attention to the importance of getting to know the production that is emerging in the various regions of the country, both in academic spaces and in literature in general.

**KEYWORDS:** Environmental history; Territoriality; Biomes; Forests; Savannahs.

## RESUMEN

Este artículo defiende la importancia del concepto de biomas brasileños, tanto para el análisis histórico-ambiental como para el desarrollo de legislación y políticas públicas destinadas a la conservación del mundo natural. Además de discutir las líneas generales de la genealogía del concepto, argumenta que este concepto es especialmente útil para visualizar la construcción territorial del país como un todo, al mismo tiempo que presenta límites claros para un análisis más detallado a nivel regional y microrregional. La representación sintética de los biomas facilita una percepción sinóptica de las regiones ecológicas de Brasil. Esta percepción está en consonancia con la adopción de una premissa metodológica básica de la historia ambiental: la necesidad de investigar el movimiento de las sociedades humanas en el contexto de territorios colmados

y coloreados por la diversidad de seres vivos y dinámicas geológicas que existen concretamente en los diferentes espacios del planeta. En otras palabras, superar la simplificación que presenta una cartografía sólo política y centrada exclusivamente en la acción humana. Por último, este artículo analiza algunos ejemplos de la rica historiografía que ya existe sobre la historia de los biomas, llamando la atención sobre la importancia de conocer la producción que está surgiendo en las diversas regiones del país, tanto en los espacios académicos como en la literatura en general.

**PALABRAS CLAVE:** Historia ambiental; Territorialidad; Biomas; Bosques; Sabanas.

**O** uso amplo do conceito de biomas no Brasil, indicando de maneira sintética as grandes regiões ecológicas do enorme território nacional, veio ganhando presença a partir da década de 1980, tanto na academia quanto na sociedade em geral. Em 2004, por meio de um projeto colaborativo entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Meio Ambiente, oficializou-se um “Mapa dos Biomas Brasileiros” que consagrou a existência de seis grandes conjuntos: dois complexos de florestas tropicais (Mata Atlântica e Floresta Amazônica) e quatro complexos formados por diferentes tipos de savana (Caatinga, Cerrado, Pantanal e Pampa) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006).<sup>1</sup>

Para entender a importância do conceito, inclusive em termos de repensar a história do Brasil, é preciso discutir sua historicidade, além de avaliar seus limites e possibilidades. Um de seus pontos fortes é a grande capacidade de agregação. A ideia de bioma unifica um conjunto de ecossistemas que tem certa identidade ecológica. Superando a classificação puramente botânica, apesar de centrado na diversidade da vegetação, o conceito inclui clima, geologia, fauna etc. A definição formulada pelo IBGE, além disso, incorpora também a dinâmica histórica: “um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006).

O poder de síntese do conceito, que permite uma rápida visualização da diversidade ecológica do território, contribui para entender sua utilização para além da academia, penetrando na política, na educação, na indústria cultural, nos movimentos ambientalistas etc.

Cada bioma, na verdade, constitui um conjunto de ecossistemas similares. A Mata Atlântica, por exemplo, pode ser subdividida, por meio de uma linguagem científica de difícil compreensão para o grande público, em florestas estacionais – semidecíduais ou decíduais – e florestas ombrófilas – densas e mistas. É claro que, para a sociedade em geral, a imagem de bioma é muito mais motivadora, pois facilita uma compreensão regionalizada e territorializada

do país, estimulando também uma consciência sinóptica sobre a importância de cuidar de sua rica diversidade ecológica. A construção do conceito atual de biomas estava sendo gestada no Brasil pelo menos desde a década de 1980, no sentido de impulsionar o esforço de cuidado ambiental. A organização não governamental SOS Mata Atlântica, por exemplo, foi criada em 1986. Em 1988, na nova Constituição Federal, se definiu que “a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional” (artigo 225, parágrafo 4º). Vale observar, demonstrando que o conceito de biomas ainda estava em construção, que o texto constitucional não apresenta a Serra do Mar como parte da Mata Atlântica. Por outro lado, fica claro o peso que a imagem cultural positiva das florestas tropicais veio assumindo no imaginário internacional e nacional no final do século XX.<sup>2</sup> As florestas são imediatamente identificadas como um patrimônio nacional, ao contrário das savanas. A zona costeira até hoje é identificada por alguns autores como um bioma próprio, apesar de não estar destacada no mapa do IBGE.<sup>3</sup> Já o Pantanal merece um comentário especial, pois fortalece o meu argumento de que a emergência do conceito de biomas não foi apenas acadêmica, restrita ao debate biogeográfico, pois se entrelaçou de maneira dinâmica e complexa com uma série de movimentos e transformações sociais, culturais e políticas. O Pantanal, embora seja uma região relativamente pequena, veio ganhando expressão no imaginário social, retratando uma espetacular confluência entre água, umidade, biodiversidade, beleza selvagem etc. É claro que suas condições ecológicas objetivas são parte fundamental desse jogo. Mas sua imagem também veio sendo construída culturalmente, inclusive pela indústria cultural. Em 1990, por exemplo, ele foi retratado com grande impacto em uma novela de televisão. O Cerrado, ao contrário, apesar de muito maior, não aparece no texto constitucional. Sua enorme importância ecológica até hoje não foi valorizada culturalmente, existindo uma percepção difusa de que aquela enorme savana de árvores tortas não merece ser conservada no mesmo nível que o Pantanal ou as florestas tropicais do país.

A construção do conceito de bioma, de toda forma, ganhou um peso político mais forte e concreto com um decreto federal de 1993 – depois consolidado e ampliado como uma lei em 2006 – que garantiu a proteção das florestas inseridas na Mata Atlântica em condição primária ou em estágios médio e avançado de regeneração. Tal decisão, tomada no rastro da organização no Brasil da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento em 1992, limitou a exploração econômica da floresta em diversas regiões, gerando resistências e animosidade por parte de poderosos locais. O bioma Mata Atlântica logrou agregar, em termos científicos e políticos, todos os ecossistemas florestais próximos do litoral, do Nordeste ao Sul do país, incluindo as florestas com araucárias. Algo similar aconteceu com a Floresta

Amazônica, que também agregou diferentes ecossistemas florestais presentes ao norte do país. O destino daquela floresta, de fato, se tornou um dos ícones da cultura global e da emergência de uma sensibilidade ecológica em escala planetária.<sup>4</sup> A consolidação da visão unificada de Floresta Amazônica também gerou consequências práticas em termos de políticas de conservação. A partir de 1996, a legislação federal aumentou a reserva legal das propriedades existentes naquele bioma, área que não pode ser submetida ao corte raso, para 80%, em vez dos 20% vigentes em outras regiões (Machado, 2018: 953).

É interessante perceber que, ao definir um número limitado e muito agregado de biomas, o mapa consolidado pelo IBGE retomou o esforço inicial de Carl von Martius, em meados do século XIX, no sentido de estabelecer cinco “Províncias da Flora Brasileira”. Valendo-se de suas observações pessoais, em mais de 14.000 quilômetros de viagens pela América Portuguesa, assim como da leitura cuidadosa de vários outros viajantes, Martius assumiu a tarefa extraordinária de tentar equacionar a diversidade das formações naturais no Brasil. Sem contar, obviamente, com os recursos tecnológicos hoje disponíveis, como as imagens de satélite, ele logrou estabelecer um quadro bastante parecido com o do atual mapa dos biomas. Ou melhor, parecido em termos de definição dos biomas, já que seus tamanhos apresentam discrepâncias significativas em relação às medidas atuais. O que seria a Mata Atlântica, por exemplo, aparece bem menor do que no mapa contemporâneo, ao passo que a Caatinga aparece bem maior. A caracterização geral feita por Martius, no entanto, possui bastante proximidade com a atual, mesmo que os contextos culturais e científicos sejam tão diferentes. O naturalista inventou uma deliciosa linguagem neoclássica, baseada em entidades mitológicas da Grécia antiga, para identificar as grandes regiões da vegetação brasileira. A Floresta Amazônica, por exemplo, foi identificada com as Náiades, divindades dos regatos e fontes, chamando atenção para a complexa rede hidrográfica da região. A “Mata Geral”, por outro lado, que hoje chamamos de Mata Atlântica, foi identificada pela Dríades, divindades dos bosques montanhosos, revelando a marcante presença de serras em seu território.<sup>5</sup>

Após o esforço inicial de Martius, a tendência foi adotar tipologias mais detalhadas e segmentadas para definir o quadro fitogeográfico brasileiro. As tentativas mais importantes de *classificação apareceram na segunda metade do século XX, como no esquema de Carlos Toledo Rizzini – que dividiu o território em três províncias e 17 subprovíncias – ou de Afrânio Fernandes – que delineou cinco províncias com suas 22 subprovíncias e setores.*<sup>6</sup> Ou seja, bem longe da capacidade de visualização agregativa do Mapa dos Biomas.

Neste ponto é importante refletir sobre os limites e possibilidades do conceito. Alguns questionam a amplitude exagerada dos biomas. A ideia de Mata Atlântica, por exemplo, é

considerada um tanto artificial pois, como já foi dito, os ecossistemas florestais nela presentes são diferenciados. No entanto, a agregação é importante, pois permite perceber a dimensão do grande complexo florestal litorâneo presente na formação do Brasil. Pode-se argumentar que, apesar das tipologias científicas posteriores, o que aparecia aos olhos dos agentes da construção territorial era a enorme “mata” a ser desbravada e ocupada. A visão agregada, ademais, possui importantes implicações político-econômicas. A Lei de Proteção da Mata Atlântica foi estabelecida com base na ideia de bioma. É significativo que existam setores políticos que, por conta de interesses econômicos, trabalham para retirar florestas do Sudoeste do país do conjunto da “Mata Atlântica”, facilitando sua exploração.

Em termos de análise histórico-ambiental, é necessário considerar o jogo de escalas envolvido na questão. A ideia de biomas é muito útil para pensar a ocupação e a construção do território brasileiro como um todo. No plano das análises regionais ou microrregionais, sua utilidade pode ser limitada. A divisão dos biomas não pode ser tomada de maneira rígida e absoluta, até pelo fato do mundo natural existir em permanente transformação. Existem muitas áreas de transição entre os biomas, com formações intermediárias que podem se apresentar como mosaicos de diferentes tipos de vegetação. É o caso da categoria “agreste”, amplamente usada na região Nordeste, que representa uma transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica e não é mencionada na classificação de biomas. Existem muitas outras paisagens desse tipo ao nível regional. Para realizar análises em escala local é necessário focalizar de maneira mais detalhada e concreta os ecossistemas específicos e suas combinações. É importante termos uma leitura aberta e flexível desses conceitos.

Cabe considerar, igualmente, que a imagem dos biomas, especialmente no campo da análise histórica, não se constrói apenas com critérios ecológicos. Neste sentido, é possível estabelecer um diálogo entre o conceito de biomas e a ideia de “regiões culturais” que foi desenvolvida por alguns antropólogos brasileiros no século XX (Diegues Júnior, 1960; Galvão, 1973). O diálogo entre História, Geografia, Ecologia e Antropologia pode ser fascinante e revelador. A vida econômica, social e cultural dos seres humanos, que define seus vínculos e identidades, se desenvolve em espaços ambientais concretos e específicos, dotados de determinadas características ecológicas. Não se trata de determinismo ecológico, mas sim da interação necessária entre a realidade biofísica e a condição humana. A própria memória dos indivíduos e grupos sociais está relacionada com o ambiente vivido. No contexto da diversidade de ecossistemas do território – com suas variações de clima, biodiversidade, tipos de solo etc. – se desenvolvem formas de arquitetura, vestuário, culinária e criação cultural. A própria literatura, em vários autores, possui um diálogo vital com a territorialidade. Como não identificar

Guimarães Rosa com o Cerrado, Graciliano Ramos com a Caatinga, Manoel de Barros com o Pantanal e Érico Veríssimo com o Pampa? Não se trata de uma atribuição rígida, obviamente, mas o regionalismo literário possui uma forte dimensão ambiental. É interessante observar como uma base econômica semelhante – a pecuária – em contextos ecológicos distintos, em diferentes biomas, configurou dinâmicas sociais e culturais igualmente distintas, captadas nas obras dos autores que acabei de mencionar. Formas sociais e culturais que se construíram na interação com ritmos e condições naturais de cada região.

Neste ponto é possível desenvolver o tema da importância do conceito de biomas para repensar a história do Brasil a partir de “territórios cheios”. Um dos fundamentos da história ambiental é a necessidade de ir além dos “mapas políticos” e da visão dos territórios como espaços “vazios” e abstratos, preenchidos exclusivamente pela ação humana. Os territórios nunca são “vazios”, mas sempre cheios e coloridos por uma variedade de ecossistemas. A ecologia dos territórios cheios, por outro lado, sempre é dinâmica, com o movimento permanente de seres vivos e processos geológicos e climáticos construindo as complexas redes de inter-relacionamento que formam o mundo concreto onde os seres humanos existem. Os movimentos dos seres humanos se entrelaçam com os movimentos já existentes nos territórios cheios, modificando-os e produzindo lugares onde a diversidade natural e cultural se mistura de maneira intrincada (Pádua, 2010: 95).

A definição mais simples e direta de história ambiental é trazer o mundo para a história humana e situar a história humana no mundo. Mas não o mundo em sentido genérico. Refiro-me a cada experiência histórica, a cada sociedade, a cada lugar vivenciado em uma determinada época. A vivência coletiva do mundo, em sua variedade, se expressa através de territórios cheios. Ou seja, de partes específicas do planeta. A história humana não ocorre acima do mundo, no que chamaria de uma abordagem “flutuante”. Ela se dá através da materialidade do mundo, inter-relacionada com o mundo. Cada sociedade vive em um território específico, com seus solos, climas, suas águas e suas diferentes formas de vida. Processos históricos podem se expandir por diferentes biomas e ecossistemas, inclusive em escala supra-local e supranacional, mas nunca deixam de ser territorializados. Tudo o que acontece na história humana, inclusive as manifestações mais subjetivas e espirituais, ocorre dentro de territórios. Mesmo quando abordamos questões aparentemente não territoriais, como a história das ideias ou a história das transferências de uma determinada espécie de planta, a dimensão territorial está presente. As espécies não surgem originalmente à margem de um território. Por outro lado, quando são comercializadas ou transplantadas, essa expansão se dá na direção de outros territórios. Da mesma forma, as ideias emergem em contextos territoriais específicos e

sua difusão acontece na direção de outros territórios. Nesse sentido, defendo que a história ambiental, de maneira geral, pode ser entendida como uma história a partir dos territórios.

Ora, o ponto de partida para esse tipo de abordagem, no caso do Brasil, é o conceito de biomas. A partir dele podemos explorar a diversidade de processos de territorialização, assim como suas complexas conexões, que construíram o país. Quando o historiador presta atenção no mundo, pode fazer recortes inovadores de análise histórica. Um exemplo notável foi o recorte que Fernand Braudel fez do Mediterrâneo. Ele foi além de fronteiras políticas e diferenças linguísticas para estudar todas as sociedades, economias e culturas que coexistiam e se expressavam através dos territórios existentes no espaço mais amplo do Mar Mediterrâneo. Ele estudou minuciosamente as montanhas, os solos, os animais, as áreas costeiras e outros elementos presentes naquele espaço, examinando os tipos de vida social que com eles interagiram ao longo do tempo. No entanto, a compreensão teórica adotada por Braudel não corresponde àquela adotada atualmente pela maioria dos historiadores ambientais. Sua visão do mundo biofísico era bastante estática, enquanto hoje temos uma visão mais dinâmica, reconhecendo as transformações ecológicas que ocorrem não apenas na longuíssima duração, mas também na curta e média duração. De toda forma, a ideia de delimitar um objeto de pesquisa histórica com base no Mediterrâneo foi considerada revolucionária em 1949 (Braudel, 1995).

É importante considerar, porém, que Braudel estudou a obra de Gilberto Freyre, que já havia feito algo semelhante no livro "Nordeste", de 1936 (Freyre, 2004). Nesse livro, Freyre também fez um recorte territorial e ecológico como base para a análise social. Apesar do título ser enganoso, ele deixou claro que não estava tratando do Nordeste político, mas sim da "zona da mata", do Nordeste úmido, litorâneo e florestal. Já o Nordeste seco, da Caatinga, ficou fora de sua reflexão. No livro ele centrou sua investigação na cultura da cana de açúcar, introduzida na região a partir do século XVI. Ele analisou a relação entre o universo da cana e dos engenhos de açúcar com matas, águas, animais, solos e sociedades humanas da região. A interação entre todos esses elementos produziu um tipo de civilização que marcou o destino da América Portuguesa. Para mim está bem claro que tal metodologia influenciou o trabalho posterior de Braudel.

Quando o conceito de história ambiental passou a ser utilizado explicitamente no país,<sup>7</sup> além disso, a ideia de biomas foi um elemento motivador. Nas décadas de 1980 e 1990, Warren Dean – um historiador norte-americano especializado no Brasil, originalmente no campo da história econômica e depois na história ambiental, da qual ele foi um dos pioneiros em escala internacional – escreveu dois importantes livros relacionados com os dois grandes

complexos florestais brasileiros. Um deles, o mais célebre, foi *With broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest*, de 1995 (Dean, 1997). Neste livro inovador, Dean colocou a Mata Atlântica no centro temático de uma narrativa histórica. Pode-se dizer que essa obra contribuiu para a construção histórica da ideia mesma de Mata Atlântica, assim como outros marcos supramencionados. Em um enfoque de longuíssima duração, estudou a história biofísica da própria floresta, para depois analisar sua ocupação pelos povos paleoindígenas (estendendo-se pelos povos indígenas) e, muito mais tarde, pelos colonizadores europeus. As transformações ambientais na Mata Atlântica, especialmente o seu desflorestamento, foram estudadas ao longo de todo esse horizonte temporal, chegando ao Brasil da década de 1990. Em certo sentido – considerando a grande concentração da economia e da sociedade brasileiras no domínio desse bioma até o final do século XX – Dean escreveu uma história do Brasil a partir da destruição da floresta. É importante lembrar, nesse sentido, como demonstrou Diogo Cabral em seu livro *Na presença da floresta* (Cabral, 2014), que a Mata Atlântica não era algo secundário, um pano de fundo para a vida social. Como o título indica, a floresta era onipresente no litoral atlântico do Nordeste ao Sul. A floresta era uma sensação constante, uma presença no dia a dia de qualquer atividade.

Em um livro anterior, porém, Dean focalizou a Floresta Amazônica a partir do tema da seringueira e da borracha. Em *Brazil and the struggle for rubber: a study in Environmental History*, de 1987 (Dean, 1987), o autor analisou o caso extraordinário da passagem da extração da borracha das seringueiras nativas na Amazônia para sua domesticação e cultivo comercial no outro extremo do planeta, na Ásia meridional. Geralmente associamos a domesticação de plantas e animais com o surgimento das primeiras aldeias agrícolas e do processo de sedentarização das sociedades humanas, um movimento que começou por volta de 12.000 anos atrás. No entanto, no caso da seringueira, vimos a domesticação de uma espécie ocorrer em pleno mundo contemporâneo. Inicialmente, a borracha das seringueiras era utilizada de maneira localizada e para fins domésticos por algumas culturas indígenas. Tal fato demonstra que os recursos naturais não possuem um sentido histórico abstrato, mas sim sentidos construídos na historicidade de cada período. Somente com o surgimento da indústria de automóveis e bicicletas, no final do século XIX e início do XX, o látex para fabricar pneus se tornou um recurso importante para o capitalismo industrial em escala global. Um dos pontos altos do trabalho, com base em uma minuciosa reconstituição documental, foi desmistificar a ideia do “roubo” das sementes da seringueira por agentes ingleses. Ele revela que as elites e os governos amazônicos não cuidaram de vigiar de maneira estrita a saída daquelas sementes, que acabaram sendo retiradas do país no contexto dos fluxos normais do comércio na época. Ele

chama atenção, além disso, para os fatores ecológicos que foram fundamentais para explicar o sucesso das plantações apenas nos trópicos asiáticos. Ou seja, embora saudáveis na diversidade da Floresta Amazônica, as seringueiras plantadas como monocultura, em sua região de origem, sofriam ataques de pragas que inibiam a produção do látex. Já na Ásia, onde era uma espécie exótica, não existiam os inimigos naturais que se formaram em sua longa evolução em seu habitat de origem. A árvore obteve, portanto, o sucesso que muitas vezes acontece no caso das chamadas “invasões biológicas”. O mesmo que ocorreu, em sentido inverso, com a cana de açúcar ou o gado bovino nos espaços da América Portuguesa.

Outro ponto que merece ser destacado, aparecendo com clareza no livro de Warren Dean, é o da agência histórica do mundo não humano. Um ponto importante a ser explicado é o fenômeno do chamado “boom da borracha” na virada do século XIX para o XX, quando cerca de 500.000 pessoas trabalhavam na extração do látex na Floresta Amazônica, não ter produzido muito desflorestamento. Um aspecto importante é o da própria constituição física da seringueira. Ela não requer o corte da árvore para extrair o látex. Ao contrário, ele deve ser recolhido diariamente, em escala relativamente pequena, por meio de incisões na casca da árvore. Os seringalistas não tinham uma mentalidade conservacionista. Se fosse necessário, teriam ordenado o corte de quantas seringueiras existissem. Mas era preciso manter a árvore viva para extrair seu látex. Mais ainda, não se podia destruir a floresta, pois a saúde das seringueiras vivas requeria sua interação ecológica com as outras árvores e elementos da mata. Assim, os seringais adotaram normas de conservação florestal. Em outras palavras, aspectos importantes daquele processo histórico não foram motivados pelo arbítrio humano, mas pela fisicalidade dos elementos naturais.

De toda forma, no que diz respeito à história ambiental, pode-se dizer que grande parte de sua produção no Brasil, na sequência dos trabalhos de Warren Dean, vem enfocando o tema dos biomas. No entanto, é importante fazer algumas observações relevantes a esse respeito.

Primeiramente, ao buscarmos recuperar a história ambiental dos diversos biomas, é essencial prestar atenção na historiografia anterior à construção do conceito de “história ambiental”. Antes da institucionalização de um campo acadêmico específico com esse nome, a partir da década de 1970, vários historiadores adotaram uma perspectiva semelhante. Alguns exemplos já foram mencionados anteriormente, como os trabalhos de Braudel e Freyre. Poderíamos lembrar vários outros exemplos como, no caso do Brasil, alguns momentos na obra de nomes consagrados como Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Júnior. De fato, grande parte da historiografia clássica brasileira estava atenta

à dimensão ambiental, em uma tradição recuperada conscientemente através da história ambiental. Uma temática importante foi a análise da ocupação e construção territorial no país. Sérgio Buarque de Hollanda, por exemplo, em livros como *Caminhos e fronteiras*, de 1957, abordou os chamados “bandeirantes”, a expansão territorial a partir de São Paulo na direção do Oeste, com uma fina observação dos caminhos trilhados na tensão ambiental da transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado. Ele observou atentamente como aquelas pessoas encontravam remédios na botica da natureza, qual era o tipo de vestimenta ou a ausência dela, como caminhavam (calçados ou descalços), como encontravam comida e por aí vai. Os caminhos, em geral, não eram construídos de maneira explícita, mas se constituíam através de trilhas marcadas por sinais na paisagem, com forte influência das culturas indígenas. Outros autores clássicos, como Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, também apresentaram considerável sensibilidade ambiental em alguns momentos de seus escritos, especialmente no que diz respeito ao tratamento das florestas e dos solos.

Um segundo ponto que quero chamar atenção, no que se refere à história dos biomas, é o da necessidade de se conhecer e prestar atenção nos estudos históricos e culturais produzidos ao nível regional no Brasil. É verdade que cada vez tem menos relevância a distinção entre centros e periferias na produção de conhecimento. As novas tecnologias aumentaram a universalidade do acesso às fontes secundárias e até mesmo à documentação primária. No caso do Brasil contemporâneo, o desenvolvimento de universidades públicas nas diversas regiões descentralizou a qualidade da formação e a excelência da vida acadêmica. Existe, por outro lado, mesmo que sem rigidez, uma certa priorização do estudo das condições e realidades locais no âmbito das universidades regionais. Um ponto especialmente importante no contexto de um país tão grande como o Brasil. E ao falar de regiões, na perspectiva deste artigo, se está considerando os biomas e a diversidade ecológica. É necessário considerar, ademais, que boa parte da documentação sobre a história dos vários biomas se encontra em arquivos locais. Neste sentido, o conjunto dos fatores supramencionados estimulou a elaboração nas últimas décadas de ótimos trabalhos sobre movimentos históricos no contexto territorial dos diferentes biomas, seja com a utilização ou não da ideia de “história ambiental”. Muitas dessas pesquisas ocorrem por meio de um profundo diálogo entre a perspectiva ambiental e outras especialidades, como a história indígena, a história agrária e a história urbana. De toda forma, universidades situadas na Amazônia, no Nordeste e no Brasil Central estão renovando e aprofundando consideravelmente o nosso conhecimento sobre as dinâmicas históricas na Floresta Amazônica, na Caatinga, no Pantanal e no Cerrado. O mesmo acontece, por certo, no eixo acadêmico Sudeste-Sul em relação ao conhecimento histórico

da Mata Atlântica e do Pampa. Ainda existe, porém, uma certa dominação desse último eixo no que se refere à difusão da produção historiográfica. É fundamental, portanto, estimular o conhecimento/reconhecimento da historiografia produzida em todas as regiões do país. Quanto mais se conhece, mais se observa a minúcia, profundidade e criatividade do trabalho que está sendo desenvolvido.

Nesse processo de conhecimento da produção regional sobre os biomas, é importante considerar não apenas os pesquisadores atuais, acostumados aos padrões contemporâneos de estímulo e avaliação das publicações científicas, mas também autores mais antigos e menos dependentes desses padrões (apesar de terem ensinado em universidades). É o caso, por exemplo, do geógrafo paraense Eudorfe Moreira, que produziu belos trabalhos sobre a Floresta Amazônica e sobre as interações entre sociedades humanas e mundo biofísico.<sup>8</sup> Outros nomes podem ser lembrados, como o geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade, no caso da Caatinga e da Mata Atlântica no Nordeste, e o historiador goiano Paulo Bertran, no caso do Cerrado, que escreveram vários textos na confluência entre história, território e ambiente.<sup>9</sup> Esse reconhecimento, ao meu ver, deve também incluir escritores não acadêmicos que publicaram livros que demonstram um grande conhecimento e uma fina sensibilidade ao tratarem da vida de determinados biomas e das sociedades que neles se desenvolveram, seja na forma de não ficção ou de ficção. É o caso, para o Cerrado, de Carmo Bernardes<sup>10</sup> e, para a Floresta Amazônica, de Thiago de Mello e Paulo Jacob.<sup>11</sup>

Em suma, a história da interação entre sociedades e biomas no Brasil é extremamente rica e intensa, tendo produzido abundante documentação. Explicitar o tema dos biomas pode ajudar a repensar movimentos importantes da história do país. Não haveria o modelo de *plantation* escravista, que foi fundamental na territorialização de áreas próximas do litoral – como no caso da cana de açúcar a partir do século XVI e do café a partir do século XIX – sem a presença da Mata Atlântica. A queima de biomassa florestal, para alimentar os solos por algum tempo, foi o método agrícola central desse modelo. Não se pode retirar a materialidade concreta do mundo da equação de fatores que movimenta a história. Se não fosse a Mata Atlântica, a interação seria outra. Alguma forma de economia, é claro, teria acontecido a partir da chegada dos europeus. Mas teria que ser um outro movimento, uma outra história. Pode-se dizer, além disso, que se nos biomas da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica não existissem plantas dotadas de grande utilidade em diferentes contextos e sistemas de produção e consumo – como a seringueira no Norte e a erva-mate no Sul, a história de várias regiões teria que ser outra.

Algo semelhante pode ser dito em relação à importância da pecuária na conquista de regiões do interior. As florestas tropicais da Mata Atlântica e da Amazônia são ambientes pouco propícios para uma pecuária mais volumosa. Sua conversão total em pastos, além disso, não costumava compensar os custos do desflorestamento. Assim, a pecuária foi sendo pragmaticamente direcionada para os sertões dominados pelos biomas mais abertos do Cerrado, da Caatinga, do Pampa e dos campos naturais existentes em algumas regiões da Amazônia (como na Ilha de Marajó). O avanço do gado, em escala considerável, era um importante instrumento de ocupação daqueles sertões e de afastamento das populações indígenas. Os agentes humanos vivenciavam a diversidade do território no dia a dia dos assentamentos e das fronteiras de expansão. Eles buscavam o que era mais factível, dentro do campo de possibilidades que se apresentava. É claro que a ecologia não era o único fator. Mas é fundamental trazer o mundo para o conjunto de fatores que interagem, sob pena de empobrecer enormemente a compreensão histórica.

E não se trata apenas de economias florestais e agrícolas. As paisagens tecnoindustriais e urbanas também interagem intensamente com os biomas. Basta pensar na questão das fontes de energia dos processos industriais (lenha, carvão vegetal, carvão mineral, petróleo?). Cada uma dessas fontes, que antes de tudo precisam estar disponíveis em determinados territórios ou cadeias comerciais, cria uma rede diferente de relações socioambientais. E a questão do acesso à água? Ou dos lugares onde lançar os dejetos e a poluição do mundo urbano-industrial? Ou das condições ambientais presentes na construção de obras de infraestrutura? Por exemplo, quando uma rodovia é construída na Floresta Amazônica, como no caso da Transamazônica, a empreitada possui enormes dificuldades. A floresta retoma o espaço já aberto, destruindo grande parte da obra com as chuvas intensas e o crescimento da vegetação. Cada contexto territorial apresenta um jogo de interações diferente. Construir uma rodovia no Cerrado ou na Caatinga, por certo, apresenta problemas de natureza diversa.

O ponto fundamental, concluindo essas reflexões, é que a história ambiental não pode ser confundida com um conjunto de temáticas. Ela não é o ramo da história que trata de florestas, animais etc. Ela é uma forma ampliada de analisar qualquer processo histórico. Uma perspectiva teórico-metodológica que se aplica a qualquer objeto pois, como argumentei neste texto, a territorialidade, a materialidade, a corporeidade e a rede de interações ecológicas está presente, como um fator relevante e necessário, em qualquer processo histórico, tanto material quanto espiritual. Trata-se da grande teia da vida no planeta Terra, dentro da qual a história humana se insere de maneira visceral.

## NOTAS

- 1 Para a origem do conceito em escala internacional e sua aplicação no Brasil, ver Coutinho (2006).
- 2 Para o contexto internacional, ver Enright (2012), e para o brasileiro, ver Pádua (2016).
- 3 É o caso de Scarano (2012).
- 4 Para uma discussão sobre o tema, ver Slater (2002).
- 5 Para uma análise da visão territorial de Martius, com sua caracterização das cinco províncias de flora brasileira, ver Pádua (2018).
- 6 Para uma apresentação dessas diferentes propostas de classificação fitogeográfica, ver Fernandes (2003).
- 7 Para uma visão geral do desenvolvimento deste campo de pesquisa no Brasil, ver Pádua e Carvalho (2020).
- 8 Ver Moreira (1960, 2012).
- 9 Ver Bertran (1994) e Andrade (1998).
- 10 Ver Bernardes (2003).
- 11 Ver Jacob (1981) e Mello (2002).

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. *A Terra e o homem no Nordeste*. Recife: UFPE, 1998.
- BERNARDES, C. *Selva: bichos e gente*. Goiânia: Agepel, 2003.
- BERTRAN, P. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Solo, 1994.
- BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- CABRAL, D. C. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. *Acta Botanica Brasílica*, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2006.
- DEAN, W. *Brazil and the struggle for rubber: a study in Environmental History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- DEAN, W. *With broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. Oakland: University of California Press, 1997.
- DIEGUES JÚNIOR, M. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- ENRIGHT, K. *The maximum of wilderness: the jungle in the American imagination*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012.
- FERNANDES, A. *Conexões florísticas do Brasil*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

FREYRE, G. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

GALVÃO, E. *Índios do Brasil: áreas culturais e áreas de subsistência*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapa de biomas do Brasil*. Brasília (Mapa físico, Escala 1:5.000.000), 2004.

JACOB, P. *Chuva branca*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1981.

MACHADO, P. A. L. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2018.

MELLO, T. *Amazonas: pátria da água*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MOREIRA, E. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960.

MOREIRA, E. *Ideias para uma concepção geográfica da vida*. Belém: Semec, 2012.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 95, 2010.

PÁDUA, J. A. Tropical forests in Brazilian political culture. In: VIDAL, F.; DIAS, N. *Endangerment, biodiversity and culture*. London: Routledge, 2016. p. 148-171.

PÁDUA, J. A. Martius e a construção do território brasileiro. *Martius-Staden-Janrbuch*, n. 62, 2018.

PÁDUA, J. A.; CARVALHO, A. I. A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, 2020.

SCARANO, F. (org.). *Biomas brasileiros: retratos de um país plural*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

SLATER, C. *Entangled Edens: visions of the Amazon*. Berkeley: University of California Press, 2002.

